



VITORINO CONDÁ NO BANCO DOS RÉUS? A RESISTÊNCIA INDÍGENA NA INVASÃO DAS TERRAS KAINGANG NOS CAMPOS DE PALMAS

*Natan Santos Soares de Oliveira*¹

Referência do artigo:

SOUZA, Almir Antonio de. A invasão das terras kaingang nos Campos de Palmas: o processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-1844). *Mediações*. Londrina, v. 19 n. 2, p. 43-61, jul./dez., 2014.

O artigo *A invasão das terras Kaingang nos campos de Palmas: o processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-1844)*, de autoria de Almir Antonio de Souza — Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - traz à tona um dos episódios mais emblemáticos da violência contra os povos indígenas no Brasil Império. Com base em documentos oficiais e registros históricos, o autor explica o cenário de repressão que marcou a ocupação dos chamados Campos de Palmas - região de campos e matas localizada entre o sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina - revelando as estratégias de fazendeiros e autoridades imperiais adotadas nas tentativas de expulsão dos Kaingang de suas terras. Com foco em Vitorino Condá, liderança indígena central nesse contexto, Souza evidencia o uso estratégico do aparato jurídico para deslegitimar as reivindicações indígenas e legitimar a violência dos colonizadores.

Na introdução, o autor contextualiza a invasão das terras indígenas no entorno de Guarapuava, durante o Brasil Império, entre 1839 e 1844. Ele destaca a cobiça de fazendeiros e autoridades imperiais pelas terras dos povos Kaingang, especialmente nos Campos de Palmas e como esses últimos foram perseguidos, aldeados e, até mesmo, escravizados, vítimas da violência e

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul - Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5914-4204>



muitos casos de extermínios. O autor apresenta o líder indígena Vitorino Condá como uma figura central na resistência contra esse processo de expulsão, justificando a relevância de sua investigação, que se baseia em documentos históricos para explicar as estratégias de luta dos indígenas e a repressão do governo e dos fazendeiros. “A investigação que apresento”, escreve o autor, “tenta demonstrar as lutas dos índios do Planalto Meridional, bem como aquelas empreendidas por uma de suas mais expressivas lideranças - o Kaingang Vitorino Condá” (p. 44).

Na seção *A Invasão dos Campos de Palmas e o Kaingang Vitorino Condá*, o autor discute a ocupação dos Campos de Palmas por fazendeiros que resultou em disputas territoriais marcadas pela violência e pelo uso da força. Como destaca o autor: “cada um à sua maneira montava a casa e a fazenda onde lhe parecia mais conveniente” (p. 45). Pedro de Siqueira Cortez era um desses fazendeiros que também angariou poder econômico e político, promovendo a exploração desordenada das terras e depois assumindo um papel militar na região. Vitorino Condá, por sua vez, já estava estabelecido nos campos de Palmas desde a década de 1820, liderando um grupo Kaingang vindo de Guarapuava. Sua permanência na região se estendeu até meados da década de 1840 quando passou a atuar mais ao sul, na área de Nonoai. Inicialmente, Condá chegou a colaborar com os colonizadores, mas isso não impediu a posterior perseguição e massacres contra indígenas integrantes de seu grupo, revelando o caráter instável e violento das relações entre indígenas e não indígenas.

A traição de Pedro de Siqueira Cortez ao ordenar a morte de mais de vinte indígenas que acompanhavam Condá, relatada por Souza, evidencia até mesmo a prática da chacina no processo de ocupação dos Campos de Palmas. Como registra o autor, “as ocorrências tiveram lugar na nascente povoação de Palmas, em agosto de 1843, com o assassinato de mais de vinte índios, por parte da escolta armada do comandante da Companhia dos Permanentes estacionada nos campos de Palmas” (p. 47). O episódio desencadeou um ciclo de violência, levando os indígenas a retaliar com ataques ao povoado de Palmas. A resposta do governo, ao demitir Cortez e reforçar a presença de Vitorino Condá, poderia levar a crer numa relação sem conflitos entre o Estado e os indígenas. No entanto, a tentativa de apagar o nome do responsável pelo massacre na documentação oficial sugere uma estratégia de minimização da responsabilidade do Estado na violência contra os indígenas.



Na seção *O Processo Contra Condá*, percebe-se, nas atitudes e discursos das autoridades locais e dos fazendeiros aliados, uma tentativa deliberada de justificar a violência contra os indígenas por meio da instauração de um processo jurídico tendencioso. Pedro de Siqueira Cortez, após ser destituído do comando da Companhia de Permanentes Municipais, articulou com Domingos Ignácio de Araújo uma estratégia para recuperar sua posição, utilizando-se, em sua petição, de testemunhos que direcionaram a culpa pelos ataques e pilhagens a Vitorino Condá. Como afirma o autor, “além disso, essa petição ainda afirmava que o comandante desses ataques, mortes e pilhagens, em tese, era Vitorino Condá” (p. 50). O processo de justificação instaurado por Pedro de Siqueira Cortez, com o apoio do subdelegado Domingos Ignácio de Araújo e conduzido pelo juiz municipal Antônio Alves de Oliveira, buscava consolidar a narrativa de que os indígenas de Guarapuava e Palmas eram uma ameaça. A formulação dos quesitos relacionados às testemunhas revela um viés partidário, transformando declarações subjetivas em “provas” para legitimar a repressão e deslegitimar a presença indígena na região.

Além da manipulação jurídica, o texto revela os interesses econômicos por trás da acusação contra Condá. A predominância da família Pacheco entre as testemunhas, todas ligadas ao comércio de tropas, demonstra que havia um incentivo direto para enfraquecer os indígenas e expandir o domínio sobre as terras. Como é lembrado pelo autor, “é possível que o testemunho dos irmãos [Pacheco] esteja (*sic*) muito mais ligado à necessidade de defender as terras ocupadas por um deles, Clementino, que havia invadido as terras indígenas nos campos de Nonohay” (p. 55). A retórica utilizada no processo reforçava estereótipos que retratavam os indígenas como bárbaros e inimigos da civilização, justificando sua expulsão. Assim, mais do que um simples embate judicial, o caso reflete a disputa por poder e território, evidenciando como a justiça da época podia ser instrumentalizada para consolidar privilégios a determinados grupos em detrimento das populações nativas.

Ainda na seção sobre o processo contra Condá, percebe-se que as acusações contra o indígena Vitorino Condá baseavam-se fortemente na chamada “voz pública”, ou seja, em testemunhos e narrativas construídas dentro de um contexto social que favorecia a criminalização dos povos indígenas. Como afirma o autor: “as acusações eram fundamentadas em considerações estruturadas dentro de uma opinião pública, dentro daquilo que, de forma geral, se ouvia dizer, ou do que falavam as pessoas” (p. 57). A



documentação organizada contra Condá revela uma tentativa de enfraquecer sua posição entre os Kaingang, associando-o a crimes sem provas concretas. Esse processo demonstra como as autoridades locais manipulavam o discurso jurídico e político para justificar ações de repressão contra indígenas, ao mesmo tempo em que buscavam resgatar a influência de figuras como Pedro de Siqueira Cortez, envolvido em massacres de indígenas. Dessa forma, o autor ressalta que o julgamento de Condá estava menos relacionado a uma busca por justiça e mais vinculado a interesses políticos e territoriais da elite colonizadora.

Nas considerações finais, o autor reflete sobre a complexa dinâmica de poder e interesse envolvidos na ocupação dos territórios indígenas durante o Brasil Império. Ele destaca como fazendeiros e autoridades governamentais, em uma aliança estratégica com as populações indígenas, buscavam a expansão e o domínio das terras, assim como o aproveitamento da mão de obra indígena para garantir o enriquecimento e os lucros da elite local. O autor também enfatiza a fluidez das relações entre indígenas e não indígenas, sugerindo que essas alianças nem sempre seguiam um padrão fixo e que os caminhos adotados por Vitorino Condá, por exemplo, não podem ser compreendidos de forma simplista. Ao invés de uma relação dicotômica entre "índios e não índios", "vilões e heróis", "mocinhos e bandidos", as alianças, neutralidades, negociações e conflitos eram constantemente reconfiguradas de acordo com as necessidades e os interesses de inúmeros "lados".

O artigo analisado destaca-se pela profundidade com que o autor aborda a relação entre os indígenas e os colonizadores no Brasil Império, trazendo uma visão crítica e bem fundamentada sobre os processos de ocupação e resistência indígena nos Campos de Palmas. O autor demonstra grande domínio sobre as fontes históricas e constrói uma narrativa que mostra a complexidade dos conflitos e alianças entre os Kaingang e as autoridades da época. Ao trazer a trajetória de Condá, o texto contribui para a compreensão das estratégias indígenas pela defesa de seus interesses diante da violência e das disputas territoriais. Assim, a leitura deste artigo é altamente recomendada para aqueles que desejam compreender melhor a história, a política e a luta dos povos indígenas no Brasil, sobretudo porque desmistifica visões reducionistas e revela a complexidade dos diversos interesses em jogo na história colonial brasileira.